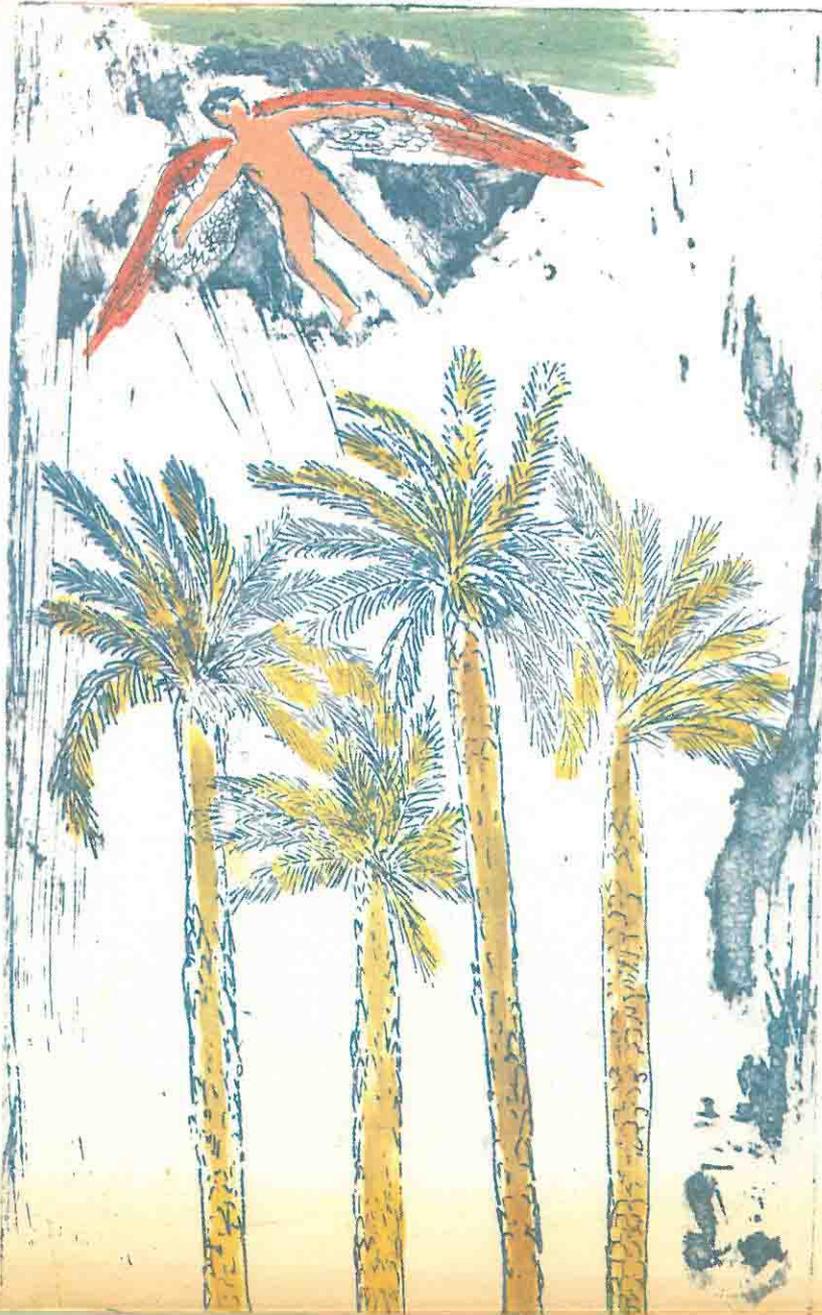


A IDEIA

revista de
cultura
e pensamento
anarquista

190\$00
trimestral
outubro 1984
nº 34-35



Economia subterrânea: O certo e o duvidoso

Parece estar a despontar mais uma dessas «ciências ocultas» tão populares em tempos de crise/desencanto/«salve-se quem poder» ou o que lhe queiram chamar, mas também tão perenes face a interrogações até hoje pendentes, porventura perpétuas. É agora a vez da «análise da economia subterrânea», matéria que vem proliferando em eruditas páginas de revistas económicas e sociológicas estrangeiras, e ultimamente, com o atrasozito do costume, nas nossas também. Ciência duplamente oculta, esta: oculta matéria (não lhe chamam alguns justamente «economia oculta»?) e no método de análise, já que os especialistas ainda não deram com satisfatórias regras para este jogo de escondidas com um objecto que se lhes furta.

Numerosas leituras, observação empírica e reflexão própria conduziram-me a algumas certezas, e outras tantas dúvidas, que aqui deixo ao leitor, livre pela sua parte de duvidar das certezas e de sorrir das minhas dúvidas, se para elas já tiver encontrado respostas seguras.

A minha primeira certeza é a de que estamos aqui (mais ainda, se me é permitida a imprecisão, do que em tudo o que é objecto das «ciências sociais») perante matéria *ideológica* por excelência. Ao procurar sistematizar, teorizar, quantificar a economia subterrânea, os cientistas sociais, por mais bem intencionados, não fazem mais do que tentar inseri-la no seu próprio quadro de referência ideológico. As definições que propõem, as hipóteses que colocam, os métodos de análise que sugerem estão obviamente impregnados dessa preocupação. Isto é, aliás, legítimo: não será natural que se sintam intranquilos e queiram responder a um desafio inesperado à consistência do seu sistema ideológico? Já não será tanto, contudo, que se pretendam ocultar-nos esse essencial «ponto de partida».

Basta ter presente que a designação de «subterrânea» define um posicionamento muito particular da dita economia (produção e troca de bens, prestação de serviços) face ao *mercado* — ou aos mecanismos «planificados» que o substituem...ou reproduzem — e ao *Estado*, para além de subentender formas «menos comuns» de *comportamento e relacionamento dos agentes sociais* implicados. Como poderão as teorias e as conclusões do «cientista» não ser minimamente influenciadas por aquilo que, enquanto «cidadão», pensa do *mercado*, do *Estado*, do *comportamento* e

relacionamento dos agentes sociais? Estamos, é claro, no domínio do político, logo, do ideológico. Por mais factos importantes que nos apresente, por mais números que nos dê — e tudo isso sera porventura interessante e meritorio —, so aceitaremos as suas explicações se nos sentirmos sintonizados com o quadro ideológico que as inspirou, que nem sequer é difícil de apreender, pois, ainda que não explicito, ele transparece com nitidez a cada esquina do mais «científico» dos textos sobre estes temas.

Isto conduz-nos à segunda certeza: a economia subterrânea *é e não é* marginal, ao mesmo tempo. É marginal na medida em que se situa, por definição, à margem dos mecanismos instituídos de contabilização económica, quando não indiscutivelmente «a margem da lei» (1). Mas é-o também sempre que, formal ou informalmente, «institui» formas de relacionamento entre agentes sociais e económicos que fogem ao «normal» no sistema económico-social vigente (relações de dependência de tipo pré-capitalista, trocas não-monetarizadas, relações de cooperação familiar ou comunitária, etc., etc.). No entanto, e simultaneamente, não é marginal, na medida em que mantém uma relação muito estreita com a «economia oficial», que quase sempre (ainda que indirectamente) lhe serve de referencial. Em todas as actividades subterrâneas monetarizadas, ilegais ou não, essa relação é clara: decide-se «entrar» no contrabando porque se comparam os ganhos esperados com os que se obteriam numa actividade «visível» (um emprego, um estabelecimento comercial, por exemplo); como a rendeira vende a sua produção a vizinhas e conhecidas porque obtém um preço melhor do que entregando-a ao circuito comercial (enquanto elas lhe compram porque, pelo seu lado, lhes fica a um preço mais baixo, para além de razões pessoais, de qualidade, de confiança, etc.). Mas também as actividades não-monetarizadas dificilmente fogem a mesma dependência: produz-se bens agrícolas para auto-consumo porque se considera que é mais compensador do que vendê-los aos preços de mercado; e quando, por exemplo, se troca um cabrito por uma prestação de serviços, esta troca não monetária é feita necessariamente em função dos preços e salários correntes na zona (de outro modo, como se chegaria a um acordo?). Em segundo lugar, a economia subterrânea substitui ela própria um mercado para produtos fabricados na economia oficial: os materiais para construção clandestina, os electrodomésticos ou automóveis, a escoar nos circuitos de contrabando, as máquinas industriais para trabalho «negro» a domicilio, etc.

Mas há mais, e mais importante: todos os autores indicam, e confirmam a observação quotidiana, que está na economia subterrânea um dos segredos da surpreendente «brandura», em termos sociais, de uma crise económica que os números oficiais sugeririam dever ter efeitos catastróficos. Há mesmo quem admita ser a crise, em boa parte, uma «ilusão estatística»... Seja como for, o facto de a economia subterrânea estar a ser como que uma «bóia de salvação» da economia oficial e, por isso mesmo, a ser vista com bons olhos pelos diversos governos, é um sinal indesmentível da sua intrínseca «não-marginalidade» ou, se se quiser, da sua marginalidade controlada.

Uma última certeza: a economia subterrânea não só não tem nada de novo, como não há razão para nos espantarmos com a sua proliferação e prosperidade, dadas as circunstâncias presentes. Com efeito, muitas das suas formas monetarizadas

sentido é quando se constata as múltiplas formas de «fuga ao sistema», ao assalariamento (mesmo «negro»), às servidões da compra e venda «desigual», à guerra permanente de todos que é a essência do sistema concorrencial, aos horários fixos, etc., etc. Se bem que tudo isto tenha sido, sem dúvida, determinado em grande parte pelos factores já indicados, pergunto: não haverá, *também* nisso, muito de um desejo *fundo* de emancipação, muito do que nos ficou dos «tempos loucos» de 74-75 (e, noutros países, das lutas e movimentos emancipadores vários que se têm desenvolvido e acentuado nas últimas décadas) e prefigura um futuro *outro*?

Vejam os a questão por outro ângulo. Um especialista em «economia subterrânea» do FMI (!!!) escreve: «Numa economia de mercado em bom funcionamento, sem um sector público, não haveria actividades ocultas». Ou seja, a economia subterrânea seria uma manifestação da «livre iniciativa» contra as forças «socializantes»/burocratizantes/estatais que a espartilham. É a posição que já atrás encontramos, mas agora identificando claramente o Estado, pela sua omnipresença e intervenção, como o verdadeiro «gerador» da economia subterrânea. Isto levanta novas questões: se assim é, como explicar que ela prolifere justamente onde o Estado é mais fraco? Mas, mais importante: como explicar que parte da economia subterrânea se afirme, *também*, contra o mercado (ainda que, como vimos, o tenha fatalmente como referente), e não apenas contra o Estado, ou à margem dele? Serão, simplesmente, como muitos pensam, essas manifestações «anti-sistema» meras regressões a formas pré-capitalistas sem esperança nem futuro?

Não duvido que, se fosse possível medir economicamente o «valor» das várias actividades subterrâneas, o peso maior estaria, de longe, naquelas que se substituem a um mercado rígido e distorcido, e disso tiram o melhor partido. Mas as outras, insignificantes que sejam em *termos económicos*, não carregarão consigo, tantas vezes, a imensa subversão que é introduzir o *prazer* numa área que é a sua própria negação: a produção? Pela minha parte, nunca vi comportamento mais subterrâneo/subversivo que o de um negro moçambicano numa fábrica açucareira, acompanhando com um martelar de dedos, como num batuque, os ruidos cadenciados e agressivos de uma máquina: ele transformava-os numa dança imaginária. Era uma afirmação, a única possível, de «emancipação» — coisa que economistas ou sociólogos de ideias feitas e vocação quantificadora não têm meios, nem métodos, para apreender.

Tudo o que veio a revolucionar as sociedades e as civilizações, não começou «subterrâneo», «utópico»? Tudo o que hoje se quer dar como «natural» e «estabelecido», não começou por ser subversivo?

(1) Com efeito, nem todas as manifestações da economia subterrânea, são ilegais. São-no o contrabando, o tráfico de divisas, a corrupção, a construção clandestina, a fraude e evasão fiscais, o assalariamento não registado, o tráfico de droga, as fugas de capitais, entre muitos outros. Mas não o são, obviamente: a agricultura para auto-consumo, o artesanato de âmbito local, as acções de cooperação e entre-ajuda entre vizinhos, a troca directa de produtos ou de prestação de serviços, a produção caseira (de bolos, de rendas, de confeções) para «vizinhos», o *bricolage*, etc.

(2) Daí as generalizações marcadamente ideológico, como esta (de Villaverde Cabral) vai um passo: «As economias subterrâneas surgem, indiscutivelmente, como as mais próximas do ideal-tipo do mercado perfeito, o nos antipodas, portanto, das utopias conviviais e comunicacionais» (in *Análise Social*, n.º 76).